



Banco MUFG Brasil S.A.

A member of MUFG, a global financial group

Avenida Paulista, 1274 - Bela Vista - São Paulo - SP
CNPJ 60.498.557/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
De smpenho nos Negócios (Em milhares de Reais)
Em 31 de dezembro de 2019, o Banco MUFG Brasil S.A. apresentou lucro no exercício de R\$ 13.477, contra um lucro de R\$ 53.896 apresentado no exercício de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Ativo	20.752.605	22.585.619
Circulante	20.821	16.340
Disponibilidades (Nota 4)	20.821	16.340
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.167.268	4.600.466
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	3.132.997	4.580.463
Aplicações em depósitos interfinanceiros	18.416	-
Aplicações em moedas estrangeiras	16.122	20.153
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.077.834	520.012
Carteira própria (Nota 6)	359.977	-
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 6)	188.128	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	1.539.729	90.872
Vinculados à prestação de garantias (Nota 6)	1.457.361	429.140
Relações interfinanceiras	3.381	1.904
Créditos vinculados	-	-
Depósitos no Banco Central	3.381	1.904
Operações de crédito	221.561	558.285
Operações de crédito	-	-
Setor privado	221.974	560.369
(Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa)	(413)	(2.084)
Outros créditos	15.257.004	16.882.397
Carteira de câmbio (Nota 13a)	15.154.328	16.639.178
Rendas a receber	4.406	2.108
Negociação e intermediação de valores (Nota 19)	6.316	4.634
Diversos (Nota 8)	93.252	237.526
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(1.290)	(1.049)
Outros valores e bens	4.469	6.065
Despesas antecipadas	4.469	6.065
Não Circulante	2.720.450	3.481.491
Aplicações interfinanceiras de liquidez	82.305	54.654
Aplicações em depósitos interfinanceiros	82.305	54.654
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.465.653	2.309.010
Carteira própria (Nota 6)	31.290	427.838
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 6)	349.486	94.099
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	19.407	40.279
Vinculados à prestação de garantias (Nota 6)	1.060.981	1.745.794
Operações de crédito	786.806	858.161
Operações de crédito	-	-
Setor privado	787.595	860.520
(Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa)	(789)	(359)
Outros créditos	383.712	257.664
Carteira de câmbio (Nota 13a)	-	3.970
Rendas a receber	806	1.451
Diversos (Nota 8)	382.997	252.345
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(91)	(102)
Outros valores e bens	1.974	3.002
Despesas antecipadas	1.974	3.002
Permanente	38.491	61.548
Investimentos	-	-
Outros investimentos	196	196
(Provisões para perdas)	(195)	(195)
Imobilizado de uso	15.798	26.660
Imóveis de uso	19.938	32.351
Outras imobilizações de uso	(31.220)	(33.321)
(Depreciações acumuladas)	(35.460)	(39.012)
Intangível	22.692	34.887
Ativos intangíveis	58.162	75.282
(Amortização acumulada)	(35.470)	(40.395)
Total do ativo	23.511.546	26.128.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucro		Avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Reservas de capital	Reservas de lucro	Disponíveis para venda	Benefícios a empregados	Disponíveis para venda	Benefícios a empregados			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.947	156	39.010	565.003	336	(5.018)	(4.054)	1.453.451
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	(362)	-	-	(362)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	(3.915)	-	(3.915)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	5	-	-	-	5
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	53.896	-	53.896
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 18)	-	-	-	-	2.695	-	(2.695)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.055)	-	(3.055)
Transfêrência para reserva estatutária	-	-	-	-	48.146	-	(48.146)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	853.071	4.947	156	41.705	613.154	(26)	(8.933)	(4.054)	1.500.220
Mutações do exercício	853.071	4.947	156	2.695	48.151	(362)	(3.915)	(4.054)	46.569
Saldos em 31 de dezembro de 2018	853.071	4.947	156	41.705	613.154	(26)	(8.933)	(4.054)	1.500.020
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	(1.772)	-	-	(1.772)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	857	-	-	857
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	12	-	-	-	12
Distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados de exercícios fiscais anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	(250.000)	-	-	-	(250.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	13.477	-	13.477
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 18)	-	-	-	-	673	-	(673)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(764)	-	(764)
Transfêrência para reserva estatutária	-	-	-	-	12.040	-	(12.040)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	853.071	4.947	156	42.378	375.206	(1.798)	(8.076)	(4.054)	1.261.830
Mutações do exercício	853.071	4.947	156	673	(237.948)	(1.772)	857	(4.054)	(238.190)
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	(1.132)	-	-	(1.132)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (Nota 23)	-	-	-	-	-	857	-	-	857
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	5	-	-	-	5
Distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados de exercícios fiscais anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	(250.000)	-	-	-	(250.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	1.645	-	1.645
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 18)	-	-	-	-	82	-	(82)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(93)	-	(93)
Transfêrência para reserva estatutária	-	-	-	-	1.470	-	(1.470)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	853.071	4.947	156	42.378	375.206	(1.798)	(8.076)	(4.054)	1.261.830
Mutações do semestre	853.071	4.947	156	82	(248.525)	(1.132)	857	(4.054)	(248.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco"), situado na Avenida Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração para divulgação em 10 de março de 2020.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Resumo das principais práticas contábeis: a. Auração de resultado: A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quanto ao reconhecimento, independentemente do pagamento ou recebimento.
b. Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devendo ser reconhecidos no processo de suas realizações. Essas estimativas são revisadas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem de futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.
c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.
d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas conforme a Circular BACEN nº 3.068/01, atendendo às seguintes critérios de contabilização: I. Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos de negociação, "hedged" ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de proteção são registradas pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa. Os derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedged", são classificados como: *I. "Hedge"* de risco de mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são classificados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizadas, reconhecidos no resultado do período; *II. "Hedge"* de fluxo de caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período. O Banco não possui operações de "Hedge" de fluxo de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. **Operações de crédito, provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e avais e fianças prestadas:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito realizadas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 7c, são consideradas suficientes pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. Conforme Nota 16, as provisões para avais e fianças, estão adequadas de acordo com os modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes avaliados pela Administração. Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento

originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99. **f. Ativo permanente:** Investimentos - Os títulos patrimoniais avaliados pelo custo da aquisição, desde que não aplicável, de provisão para perdas. Imobilizado de Uso - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas são: 4% para imóveis de uso - edificações; 10% para instalações, móveis e equipamentos, sistemas de segurança e de comunicação e 20% para sistema de processamento de dados e transporte. Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de base econômica. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". **h. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120). A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota 21. A partir de dezembro de 2019 passamos a constituir Crédito Tributário à alíquota de 45% (alíquota de 20% de contribuição social sobre lucro líquido), conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. **i. Negociação e intermediação de valores:** As negociações e intermediações de valores são demonstradas pelos saldos das operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. **j. Riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente. Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido na conta "Outras despesas operacionais" e a reversão são reconhecidas na conta "Outras receitas operacionais". **k. Benefícios pós-emprego:** O Banco é patrocinador da Previdência Sociedade de Previdência Privada ("Previda"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Multiplanos Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço e de juros. A obrigação relativa a benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando método de unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial. Os custos de serviços correntes passados, bem como custo e receita de juros são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Despesas de pessoal". O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em agosto de 2013. Atualmente, o Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Multiplanos Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para aqueles que não aderiram ao Plano de benefício definido e para os seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previda.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo intervalo entre a data da aquisição e a data de vencimento da operação é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2019	2018
No início do exercício	3.587.491	3.218.293
Disponibilidades	16.340	19.776
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.571.151	3.198.517
No final do exercício	3.175.276	3.587.491
Disponibilidades	20.821	16.340
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	3.154.455	3.571.151

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez consideradas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa são compostas por operações compromissadas no montante de R\$ 3.132.997 (2018 - R\$ 3.550.998), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 5.336 (2018 - R\$ 0) e aplicações em moedas estrangeiras no montante de R\$ 16.122 (2018 - R\$ 20.153), conforme Nota 4.

	2019	2018
Aplicações no mercado aberto (a)	3.132.997	4.580.463
Posição bancada	3.132.997	4.580.463
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.029.465
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.132.997	3.547.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.336	100.721
Certificado de Depósito Interfinanceiro	5.336	82.305
Aplicações em moedas estrangeiras	16.122	20.153
Aplicações em moedas estrangeiras	16.122	20.153

(a) Prazo de vencimento apresentado demonstra o vencimento do lastro e não o vencimento da operação compromissada.

Ouvیدoria que tem um Diretor Responsável que também é o Ouvیدor, nos termos da lei, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como um canal direto de comunicação que visa prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou gerentes, inclusive na medição de conflitos.
São Paulo, 10 de março de 2020
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º Semestre		Exercício
	2019	2018	
Receitas da intermediação financeira	381.406	614.668	1.286.142
Operações de crédito	76.148	128.854	147.068
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	219.403	429.165	509.536
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	85.855	56.647	322.535
Resultado de			



Banco MUFG Brasil S.A.

A member of MUFG, a global financial group

Avenida Paulista, 1274 - Bela Vista - São Paulo - SP
CNPJ 60.498.557/0001-26

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

c. Composição da provisão por níveis de risco: De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos com os correspondentes níveis de risco:

Nível de Risco	Total de Operações - 2019					
	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Total de créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	1,00	104,498	104,498	522	742	0,71
A	3,00	104,498	208,996	307	405	1,94
B	3,00	1,060	1,060	32	63	5,94
D	10,00	1,063	1,063	106	119	11,19
Total Geral		1.530.013	1.530.013	869	2.591	

Nível	Total de Operações - 2018					
	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Total de créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	1,00	99.923	99.923	999	1.259	1,26
B	10,00	20.175	20.175	2.018	2.278	11,29
Total Geral		2.177.175	2.177.180	3.017	5.594	

A provisão constituída pelo Banco é superior à provisão mínima requerida conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, devido ao critério de provisão determinado pela matriz (MUFG Bank, Ltd.), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração. A alocação entre os ratings correspondem ao critério de provisionamento definido na Resolução CMN nº 2.682/99.

d. Concentração dos maiores devedores:

Maior cliente	2019		2018	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 seguintes maiores clientes	1.017.499	67	1.564	1.401.918
Demais clientes	512.514	33	965	1.176.062
Total Geral	1.530.013	100	2.591	2.578.000

e. Operações ativas vinculadas: As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 9.212/02 estão demonstradas abaixo:

Operações ativas vinculadas	2019		2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações de crédito sem cobrição	428.300	24.509	664.346	15.994
Operações de crédito com cobrição	427.930	(22.481)	(663.958)	(15.038)
Operações de crédito com cobrição - Obrigações por repasse do exterior	(427.930)	(22.481)	(663.958)	(15.038)
Resultado líquido das operações vinculadas		2.028		956

Operações ativas vinculadas	2019		2018	
	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Operações de crédito	60.608	367.692	428.300	664.346
Total Geral	60.608	367.692	428.300	664.346

Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não registrou inadimplência por parte dos credores e não identificou questionamento judicial.

f. Movimentação da provisão: A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o semestre/exercício:

	2º Semestre		Exercício	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	4.904	5.594	13.071	13.071
Operações de crédito	1.183	1.183	4.904	4.904
Reversão de provisão	(3.255)	(6.287)	(11.374)	(11.374)
Saldo final	2.932	2.932	6.594	6.594

% da provisão sobre a carteira de créditos e outros créditos

g. Outras informações:

Créditos renegociados

As operações renegociadas são compostas substancialmente, por renovação nas operações de capital de giro e aquisição de crédito sem cobrição.

No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 12.469 (2018 - R\$ 0), totalizando no exercício o montante de R\$ 31.021 (2018 - R\$ 9.046).

8. Outros créditos - Diversos

	2019		2018	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Devedores por depósito em garantia	226.335	14,8	240.855	15,8
Adiantamentos e antecipações salariais	351	0,02	739	0,05
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 21)	68.621	4,5	60.465	4,0
Impostos e contribuições a compensar	27.932	1,8	26.944	1,8
Títulos e créditos a receber (com característica de operação de crédito)	152.924	10,0	160.671	10,5
Devedores diversos - país	50	0,00	19	0,00
Outros	36	0,00	174	0,01
Total Geral	476.249	31,1	489.871	31,6

9. Ativo permanente

a. Imobilização de uso:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve baixa referente a diversas benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros no valor líquido de R\$ 6.066 (2018 - R\$ 0).

	2019		2018	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Terrenos	1.183	0,08	1.183	0,08
Edificações	18.755	1,24	18.092	1,18
Instalações, móveis e equipamentos de uso	6.451	0,42	4.434	0,29
Sistemas de processamento de dados	19.095	1,24	12.281	0,79
Sistemas de transporte	718	0,05	592	0,04
Sistema de segurança	3.291	0,21	1.890	0,12
Sistema de comunicação	1.527	0,10	1.275	0,08
Imobilizações em curso	238	0,02	87	0,01
Total Geral	51.258	3,36	50.912	3,34

6. Ativos intangíveis:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve baixa de sistema - ativo intangível no valor líquido de R\$ 4.920 (2018 - R\$ 0).

	2019		2018	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares	53.106	3,47	35.470	2,32
Em curso	5.056	0,33	5.056	0,33
Total Geral	58.162	3,80	40.526	2,65

10. Transações com partes relacionadas:

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o MUFG Bank, Ltd. (controlador) e dependências, acionistas, empresas a ele ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

Disponibilidades em moedas estrangeiras	2019		2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
MUFG: Bank (New York Branch)	19.140	(133.152)	14.067	197.190
MUFG: Bank (London Branch)	1.837	-	7.429	-
MUFG Bank, Ltd.	5.229	-	2.688	-
MUFG Bank, Ltd.	2.770	-	5.203	-
MUFG: Bank (Hong Kong Branch)	3.025	-	31	-
MUFG: Bank Mexico, S.A.	241	-	106	-
MUFG: Bank (Singapore Branch)	19	-	19	-
Bank of Ayudhya Public Company Limited	19	-	18	-
- variação cambial	(133.152)	-	197.190	-
Total Geral	16.120	(7.037)	15.500	24.277

Operações de Swap

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

MUFG: Bank (New York Branch)

13. Carteira de câmbio

a. Outros créditos - Ativo:

	2019		2018	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Câmbio comprado a liquidar	7.750.865	50,6	8.970.652	56,4
Direitos sobre venda de câmbio	7.402.774	48,4	7.676.433	49,3
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(1.467)	0,01	(7.979)	0,05
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	2.156	0,01	4.042	0,03
Total Geral	15.154.328	99,0	16.643.148	100,0

b. Outras obrigações - Passivo:

	2019		2018	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Câmbio vendido a liquidar	7.331.466	47,8	7.688.940	46,2
Obrigações por compras de câmbio	7.814.877	51,6	8.945.636	53,8
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(365.364)	2,3	(591.578)	3,5
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	0,00	-	0,00
Total Geral	14.780.979	91,7	16.043.032	93,5

14. Fiscais e previdenciárias

	2019		2018	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Provisão de IRPJ e CSLL	65.402	0,4	45.632	0,3
Provisão de IRPJ e CSLL diferido (Nota 21)	57.180	0,4	89.724	0,6
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	128	0,00	202	0,00
Impostos e contribuições sobre salários	3.451	0,02	3.803	0,02
Outros impostos (Federais)	1.222	0,01	2.767	0,02
Outros impostos (Municipais)	292	0,00	175	0,00
Total Geral	127.675	0,8	142.303	0,9

15. Ativos e passivos relacionados a contingências trabalhistas, civis e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Outras Obrigações - Diversas" quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais. As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da opinião sobre a probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8). As provisões trabalhistas referem-se a ações ajuizadas pelos ex-funcionários e prestadores de serviços. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando características individuais de cada ação.

	2019				2018				
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão de provisão	Utilização	Saldo final	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão de provisão	Utilização
Trabalhistas	18.625	5.401	(1.403)	(6.866)	15.757	3.455	-	-	-
Cíveis	25.806	1.233	-	(175)	26.864	-	-	-	-
Fiscais	126.088	4.496	(455)	(202)	129.927	205.747	-	-	-
IRPJ/CSLL (i)	46.812	1.065	-	47.897	124.625	-	-	-	-
COFINS (ii)	77.535	2.662	-	80.197	79.881	-	-	-	-
ISS	1.607	119	(455)	(202)	1.069	668	-	-	-
Outros	134	636	-	770	633	-	-	-	-
Total Geral	170.519	11.330	(1.858)	(7.243)	172.548	209.202	-	-	-

	2019				2018				
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão de provisão	Utilização	Saldo final	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão de provisão	Utilização
Trabalhistas	16.629	6.892	(655)	(4.21)	18.625	3.339	-	-	-
Cíveis	22.696	3.194	-	(84)	25.806	-	-	-	-
Fiscais	122.033	4.443	(342)	(46)	126.088	199.330	-	-	-
IRPJ/CSLL (i)	45.558	1.254	-	46.812	121.537	-	-	-	-
COFINS (ii)	74.438	3.097	-	77.535	77.164	-	-	-	-
ISS	1.515	92	-	1.607	629	-	-	-	-
Outros	522	997	(342)	(46)	134	202.669	-	-	-
Total Geral	161.958	14.529	(997)	(4.371)	170.519	202.669	-	-	-

(i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e



Banco MUFG Brasil S.A.

A member of MUFG, a global financial group

Avenida Paulista, 1274 - Bela Vista - São Paulo - SP
 CNPJ 60.498.557/0001-26

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

Ano	2019		2018	
	Expectativa de realização de crédito tributário (taxa DI)	Valor presente crédito tributário	Expectativa de realização de crédito tributário (taxa DI)	Valor presente crédito tributário
2020	17.262	16.534	15.125	14.211
2021	8.096	7.428	6.777	5.986
2022	6.718	5.904	6.283	5.216
2023	6.327	5.326	6.118	4.773
2024	6.218	5.014	5.972	4.379
A partir de 2025 (*)	24.000	17.038	20.190	12.345
Total geral	68.621	57.244	60.465	46.914

22. Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	2019	2018
Risco de crédito	3.255.226	3.273.941
Risco de mercado	1.272.149	1.354.706
Risco operacional	595.559	681.369
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	5.122.934	5.290.016
Patrimônio de Referência (PR)	1.239.138	1.465.133
Patrimônio de referência exigido	409.835	456.264
Margem sobre patrimônio de referência requerido	829.303	1.008.869
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	24,19%	27,70%

Ajuste prudencial: Em atendimento a Resolução CMN nº 4.277/13 com nova redação pela Resolução CMN nº 4.389/14, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial, para os seguintes produtos: 1. Títulos públicos federais: "Títulos disponíveis para venda"; 2. Títulos privados marcados pelo valor de mercado - Letras financeiras e debêntures marcadas pelo valor de mercado; 3. Contratos futuros negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e 4. Derivativos de Balcão - NDF e Swap. Dentre os produtos avaliados acima, tivemos ajuste CVA - Credit Valuation Adjustment no produto "Derivativos de Balcão - NDF e Swap" resultando um reconhecimento contábil na data-base de 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 904 (2018 - R\$ 2.075) conforme Nota 19. Os demais itens não tiveram ajustes tendo em vista que os títulos públicos federais e contratos futuros são negociados de forma ativa e frequente e cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização. Com relação aos títulos privados, a metodologia de precificação já contempla o componente de risco de crédito.

23. Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de Benefícios Previdia de Benefício Definido, administrado pelo Multipensões Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. O saldamento desse plano ocorreu no 2º semestre de 2015. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente. Os ativos estão alocados em 100% em renda fixa. O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2019, conforme cálculos atuariais, a "Previdia" apresentou obrigação atuarial a valor presente e valor justo dos ativos demonstrado abaixo:

	2019	2018
Reconhecimento do Valor das Obrigações Atuariais	83.364	77.461
Valor da obrigação no final do ano anterior	7.461	7.744
Custo dos juros	12.250	5.132
Remensurações	(6.653)	(6.973)
Benefícios pagos pela empresa	96.422	83.364
Valor da obrigação no final do ano	2019	2018
Reconciliação do Valor Justo dos Ativos	70.254	69.592
Valor justo dos ativos no final do ano anterior	6.288	6.957
Receita de juros	12.455	(631)
Remensurações	1.729	1.309
Contribuições da Empresa	(6.653)	(6.973)
Benefícios pagos pelo plano	84.073	70.254
Valor justo dos ativos no final do ano	12.349	13.110

Passivo/(Ativo) Líquido

Valores Projetados a serem Reconhecidos no Resultado do Próximo Exercício

	2020	2019
Custo líquido com juros	6.815	7.461
Juros sobre as obrigações	(5.942)	(6.288)
Juros (retorno) sobre os ativos do plano	873	1.173
Total de despesa reconhecida no Resultado do Exercício	1.746	2.346

Conforme Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, foi reconhecido no decorrer do 2º semestre de 2019 a remensuração de provisão, incluindo os custos de juros e contribuições da empresa, o montante de R\$ 761 registrado na conta de passivos atuariais que totalizou o montante de R\$ 12.349 (2018 - R\$ 13.110). As remensurações atuariais do plano de benefício definido Previdia são registradas na conta do patrimônio líquido, líquido de valores tributários no montante de R\$ (8.076) (2018 - R\$ (8.933)). Em 31 de dezembro de 2019 foram consideradas as seguintes premissas:

	2019
Taxa de inflação	4,00% ao ano
Taxa de desconto nominal	7,07% ao ano
	Próximos 3 anos: 5,04 % ao ano

Índice de reajuste de benefícios do Plano acima da inflação

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Multipensões Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do plano Previdia, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3.141 (2018 - R\$ 3.125). As obrigações atuariais do plano Fitprev estão substancialmente cobertas pelo patrimônio do plano.

24. Outras informações

a. Composição de receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias: Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no semestre/exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2º Semestre 2019	2019	Exercício 2018
Receitas e comissões e prestação de serviços	9.682	18.085	25.977
Garantias prestadas	3.678	7.007	6.379
Rendas de outros serviços	365	910	2.121
Tarifas bancárias	427	872	1.066
Cobrança	73	145	121
Taxa de administração	—	—	8
Total Geral	14.225	27.019	35.672

b. Composição de despesas de pessoal:

	2º Semestre 2019	2019	Exercício 2018
Despesas de honorários	5.022	9.594	9.668
Despesas de pessoal - benefícios	5.867	12.122	11.844
Despesas de pessoal - encargos sociais	15.147	32.597	32.334
Despesas de pessoal - proventos (*)	34.709	73.811	75.045
Despesas de pessoal - treinamento	341	582	921
Total Geral	61.086	128.506	129.812

(*) Composto basicamente por salários, gratificações de função, férias, participação nos lucros e resultados, bônus por desempenho e 13º salário.

c. Composição de outras despesas administrativas:

	2º Semestre 2019	2019	Exercício 2018
Despesas de serviços técnicos especializados	9.779	16.475	12.243
Despesas de processamento de dados	8.475	16.211	14.217
Despesas de amortização e depreciação	7.516	15.256	14.582
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.969	11.134	12.369
Despesas de comunicação	1.548	3.125	3.400
Despesas de viagens ao exterior	1.217	2.759	3.491
Despesas de serviços de terceiros	1.455	2.621	3.107
Despesas de aluguel	1.159	2.284	2.045
Despesas de serviços de vigilância e segurança	924	2.080	2.366
Despesas de manutenção e conservação de bens	702	1.553	1.684
Despesas de viagens no país	530	841	549
Despesas de água, energia e gás	380	818	661
Outras despesas	3.240	5.403	6.061
Total Geral	42.894	80.560	75.992

d. Composição de despesas tributárias:

	2º Semestre 2019	2019	Exercício 2018
Despesas tributárias	5.397	9.491	8.102
Collins	6.754	15.168	12.889
Pis	1.098	2.465	2.095
ISS	639	1.221	1.680
Total Geral	13.888	28.345	24.766

e. Composição de outras receitas operacionais:

	2º Semestre 2019	2019	Exercício 2018
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	3.424	7.582	8.454
Atualização monetária de impostos e contribuições a compensar	38	125	902
Reversão de provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	960	1.858	581
Reversão de provisão para garantias financeiras prestadas	1.253	1.257	138
Recuperação de encargos e despesas	320	621	566
ganho sobre levantamento depósito judicial	—	—	247
Outras receitas	90	99	348
Total Geral	6.085	11.542	11.256

f. Composição de outras despesas operacionais:

	2º Semestre 2019	2019	Exercício 2018
Provisão para passivos trabalhistas	2.990	5.401	6.892
Provisão para riscos fiscais	2.522	4.496	4.028
Provisão para outros passivos contingentes	860	1.233	3.193
Provisão para garantias financeiras prestadas	660	2.737	3.457
Custo financeiro na deficiência do recolhimento compulsório	—	—	488
Outras despesas	733	907	813
Total Geral	7.765	14.774	18.871

g. Composição de resultado não operacional:

	2º Semestre 2019	2019	Exercício 2018
Receitas não operacionais	43	48	3.335
Lucro na alienação de valores e bens	43	48	43
Lucro na alienação de imobilizado de uso	—	—	(3.292)
Despesas não operacionais	(8.152)	(10.935)	(30)
Baixa de sistema - ativo intangível	(4.920)	(4.920)	—
Prejuízo na alienação de valores e bens	(3.232)	(6.015)	—
Total Geral	(8.109)	(10.887)	3.305

h. Gerenciamento de risco: A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos do Banco MUFG Brasil S.A. encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp. Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, o Banco MUFG Brasil S.A. instituiu a estrutura de gerenciamento de riscos que deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de crédito, o risco de mercado, risco operacional, o risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital e os demais riscos relevantes para o banco. **i. Razão Alavancagem (RA):** Em atendimento à Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp.

25. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: • Resolução nº 3.568/08 - Redução ao Valor recuperável de ativos (CPC 01 R1); • Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03 R2); • Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1); • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10 R1); • Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1); • Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1); • Resolução nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 R1); • Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27); e • Resolução nº 4.524/16 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2).

A DIRETORIA

CONTADORA: Iracema Chou Ma - CRC 1SP319654/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BANCO MUFG BRASIL S.A.

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco MUFG Brasil S.A. zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de

outras áreas. Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados: • Revisão das demonstrações financeiras do 2º semestre de 2019 e do exercício fiscal de 2019; • Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna; • Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos; e • Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de Compliance. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas,

baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco MUFG Brasil S.A.

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco MUFG Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nosso objetivo não é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
 • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
 • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
 Contador
 CRC nº 1 SP 201506/O-5



28,5 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa, anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.



Valor + O GLOBO + Valor RI
 MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri